



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
Via N1 Leste s/n, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes –
Zona Cívica Administrativa – CEP: 70.150-900
Telefones: (061) 3411.4246 / 3411.4330 Fax: (061) 3326.8449
Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

**Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as
Mulheres – PNPM**

Ajuda-Memória – 37ª Reunião Ordinária

DATA: 11/11/2010, de 09h00min às 17:00h.

LOCAL: Auditório da Secretaria de Políticas para as Mulheres – Brasília/DF

Participantes:

- Adriana Rosa – MTE
- Ana Margareth – MS
- Ana Maria Mesquita - SPM
- Andréa Azevedo - UNIFEM
- Célia Jeane - MinC
- Célia Vieira – MDS
- Cíntia Agostinho - IBGE
- Cláudia Pedrosa - IPEA
- Cristina Queiroz – SPM
- Elisabete Marins – IPEA
- Gabriela Parente – SPM
- Isolda Dantas - MDA
- Jana Petaccia – SDH
- Joana Freitas - FUNAI
- Leonor da Costa - MTE
- Lourdes Bandeira – SPM
- Luana Pinheiro – SPM
- Magaly Correia Marques – Casa Civil
- Marcela Torres Rezende - SPM
- Márcia Leporace – SPM
- Margareth Pessoa - MCid
- Maria do Rosário - MP
- Mariana Mazzini – SPM
- Nina Madsen – SPM
- Renata Melo - Seppir

- Rosa de Lourdes – CNDM
- Rosali Scalabrin – Organismo Municipal
- Roseana Mendes - MEC
- Silvana Veríssimo – CNDM
- Sônia Malheiros Miguel – SPM
- Vera Lúcia - MAPA
- Verônica Freire – MME

1. Informes

A coordenadora do Comitê, Lourdes Bandeira, iniciou a reunião pelo primeiro ponto da pauta, que se referia aos seguintes informes gerais:

- a) Relatórios do Sistema de Acompanhamento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres: Gabriela Parente, da SPM, informou que estão sendo feitos os últimos ajustes para a publicação dos relatórios no final daquele mês.
- b) Trabalhos de transição e balanço de final de Governo: Luana Pinheiro informou que foram informadas no Balanço todas as realizações na área de gênero e mulheres, desde o ano de 2003, no subeixo “mulheres” do eixo “cidadania e direitos humanos”.

2. Aprovação das Memórias

Lourdes Bandeira informou que as memórias não foram lidas na reunião por serem muito longas, assim, elas foram enviadas por e-mail para todas as representantes deste Comitê. Conforme acordado com as pessoas presentes na reunião, até o dia 17 de novembro poderão ser feitos comentários e pedidos de alteração nas memórias. Após esta data, as memórias serão consideradas aprovadas e publicadas na página da SPM na internet.

3. PAC 2 – Implementação de creches

A coordenadora do Comitê explicou este ponto de pauta, informando que houve uma demanda, no âmbito do Observatório Brasil Igualdade de Gênero, para formulação de uma metodologia de acompanhamento da implementação das ações de construção e expansão de creches e pré-escolas que estão previstas no PAC-2, garantindo a incidência da perspectiva de gênero. Entendeu-se, contudo, que o Comitê seria a instância mais apropriada para fazer essa discussão. O objetivo é menos acompanhar o resultado em si, por meio dos relatórios de acesso público do PAC-2, e mais acompanhar como vai ser o andamento (informações mais gerenciais) e, especialmente, em que medida irá contemplar a perspectiva de gênero e as necessidades das mulheres para co-responsabilizar o Estado pelos trabalhos de cuidado.

Luana Pinheiro complementou afirmando que no Observatório – cujo tema norteador do presente ano é “Trabalho” - existe um grupo de trabalho sobre políticas públicas, que tem interesse em saber se existe algum entrave na implementação de creches. Informou ainda que essa questão faz parte de uma ação fundamental do eixo 1 do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Nesse sentido, foi convidada a sra. Roseana Pereira Mendes, servidora do MEC e representante da Coordenação de Educação Infantil da Secretaria de Educação Básica, para uma exposição sobre o processo de estruturação dessas ações dentro do Ministério da Educação.

Roseana Mendes relatou sobre a questão das instituições de educação infantil, creches e pré-escolas no país. Começou destacando a importância de consolidar a concepção de que a Educação Infantil, creches e pré-escolas, públicas ou privadas, sempre no período diurno, turno parcial ou integral, são equipamentos educacionais. Portanto, deve ter professores qualificados e faz parte da Educação Nacional. Informou que existe a intenção de que a educação infantil seja considerada a primeira etapa da Educação Básica. A creche é um

direito dos pais e mães trabalhadores, urbanos ou rurais, mas é, antes de tudo, direito da criança.

Explicou, porém, que no Brasil ainda há uma cultura de que a Educação Infantil é o local de “colocar” a criança para a mãe poder ir trabalhar. Mas o Estado tem o dever de ofertar educação infantil para qualquer mãe ou pai que solicitar. Explicou que as creches são para crianças de 0 a 3 anos, enquanto as pré-escolas, que são obrigatórias, para as de 4 a 5 anos e 11 meses. Roseana Mendes ponderou que a expansão de Educação Infantil está sendo muito discutida, mas a qualidade também deve ser considerada. Assim, deve-se definir regras para que a qualidade seja garantida.

Roseana lembrou ainda dos programas que envolvem a Educação Infantil, como o Programa Biblioteca na Escola, que inicialmente, cobria somente o Ensino Fundamental. Além disso, as instituições de Educação Infantil também estão fazendo parte dos programas de merenda escolar. Destacou o Programa ProInfância - Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil, criado no âmbito do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). Informou que o MEC faz parceria com municípios no âmbito do Programa, e atualmente, vários municípios começaram a fazer as licitações para as obras. Em torno de 1.520 municípios têm creches sendo construídas. Explicou que o processo é lento, alguns convênios licitados nos anos de 2007 a 2009, por exemplo, ainda estão em andamento.

Roseana Mendes explicitou os quatro pontos fundamentais para o monitoramento e acompanhamento da implementação de creches, que são: i) autorização para funcionamento; ii) quadro de recursos humanos; iii) critérios de matrícula; iv) elaboração da proposta pedagógica. No que diz respeito aos critérios de matrícula, ponderou que, embora a educação infantil seja um direito de todas e todos, a demanda ainda é maior que a oferta, por isso a necessidade de critérios.

Roseana informou ainda que foram contratados cinco consultores, que estarão em 10 municípios dos estados de SP, MS, MG, PE, AL e RS, para acompanhar durante um ano a implementação das creches e pré-escolas em consonância com a proposta pedagógica. Este acompanhamento será ampliado, já que serão contratados consultores para atuarem também nos estados da BA, PR e CE.

Roseana afirmou que essas informações são as questões principais para iniciarmos a discussão.

Lourdes Bandeira agradeceu à Roseana pela excelente exposição e abriu inscrições para o debate.

- Márcia Leporace, da SPM, também agradeceu à convidada, afirmou que foi muito rica a exposição e lembrou que há uma briga antiga dos professores que sempre defendem Educação Infantil como parte do sistema de Educação Nacional estruturado. Márcia destacou a importância do processo de acompanhamento de implementação de creches e de se pensar a transversalidade de gênero. Segundo ela, o Ministério da Educação não pode perder de vista a perspectiva educacional, mas também não deve esquecer que há uma perspectiva de gênero, caso contrário, ficaria um lacuna entre as áreas. Para isso, precisamos pensar em vários fatores, como: i) quantas mães estão sendo atingidas, ii) divisão sexual do trabalho; entre outros.
- Rosa de Lourdes, do CNDM, parabenizou Roseana e sua equipe, pois esta é pequena, mas está encontrando formas de fazer seu trabalho, e destacou que a mídia deveria dar mais espaço para discutir essas idéias. Rosa ponderou que se deve pensar ainda na educação continuada desses profissionais da Educação Infantil.
- Lourdes Bandeira indagou Roseana sobre qual deve ser a formação dos profissionais da educação infantil. Roseana informou então que, de acordo com o

artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB, para trabalhar na Educação Infantil, o professor deve ter, no mínimo, ensino médio, mas o ideal seria se ele fosse formado em pedagogia com especialização em educação infantil. O MEC e outras universidades, articuladas com os municípios, implementou o ensino de graduação em pedagogia a distância. Além disso, foi lançada pelo MEC, neste ano, a pós-graduação em educação infantil. Lourdes questionou, ainda, sobre as outras mães, já que há uma legislação somente sobre as mães trabalhadoras, e então questionou a própria definição de trabalho.

- Isolda Dantas, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, informou que o Movimento Feminista tem o cuidado de desconstruir a idéia de que o trabalho é só aquele que gera valor econômico. A idéia de creche é estratégica, pois é uma forma de socializar o trabalho doméstico com o Estado. Destacou a importância de fazer o debate da educação tendo o olhar para mulheres trabalhadoras rurais, pois elas têm as mesmas necessidades que as urbanas em termos de educação.
- Ana Margareth, do Ministério da Saúde, parabenizou Roseana pelo trabalho e destacou a importância de ter um olhar para as mães adolescentes, que são estudantes. No que diz respeito à alimentação, ponderou que seria interessante um diálogo com o Ministério da Saúde para ver as especificidades. Lourdes Bandeira informou que foi feito um trabalho sobre saúde infantil na pré-escola e no ensino fundamental de uma escola no Paranoá, e foi constatado que a merenda tinha muito açúcar e carboidrato, e, conseqüentemente, as crianças tinham problemas de saúde bucal. Roseana Mendes informou que essa questão está sendo discutida com o Ministério da Saúde para se ter uma saúde infantil de qualidade, assim como discussão com relação à alimentação de cada faixa etária.
- Mariana Mazzini, da SPM, agradeceu Roseana pela sua presença e disponibilidade em fazer uma exposição nesta reunião. Iniciou indagando se já havia informes do MEC sobre quando será divulgado o resultado dos municípios contemplados. Ademais, questionou acerca da integração da concepção de creches como equipamentos sociais de co-responsabilização do Estado pelos trabalhos de cuidado, com a perspectiva de qualidade de educação infantil, ponderando a necessidade de construir convergências entre as perspectivas, o que integraria necessidades por políticas públicas em um viés mais amplo. Roseana informou que, a respeito da integralização das políticas públicas, entende-se que não dá para a Educação Infantil assumir todos os vieses da questão.
- Roseana Mendes informou que se tem trabalhado com o objetivo de melhoria do espaço físico adequado, das condições de saúde, do professor habilitado, entre outros. No entanto, realmente, alguns assuntos estão em falta, como questões de gênero, educação ambiental, questão étnico-racial, questão indígena, saúde, questão do campo e destacou a importância de que todas essas questões sejam aprimoradas. Informou ainda que um dos eixos da Educação Infantil é a questão cultural, e, a partir disso, está sendo feita uma interlocução com o Ministério da Cultura.
- Mariana Mazzini sugeriu que se fizesse contato com o FNDE, para que o Observatório e o Comitê pudessem fazer uma proposta de metodologia de acompanhamento da implementação das ações de construção e expansão de creches e pré-escolas que estão inscritas no PAC-2.

A coordenadora do Comitê agradeceu mais uma vez a presença de Roseana Mendes, e informou que a continuidade desta discussão será organizada pelo Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, no âmbito dos grupos de trabalho. E o andamento da discussão será informado neste Comitê.

4. Representantes do Comitê na III Conferência

A coordenadora do Comitê lembrou que na última reunião foi informado que hoje seriam escolhidas as duas representantes deste comitê na Comissão organizadora da III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Na ocasião, tivemos manifestação de interesse para essa participação das representantes do Ministério da Saúde, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Agrário. Lourdes Bandeira abriu então para novas candidaturas, e Renata Melo indicou a Seppir como mais uma candidata à vaga na Comissão pelo Comitê.

Magaly Marques, da Casa Civil, questionou se a indicação feita é para o órgão ou para representação no Comitê. Lourdes Bandeira respondeu que a indicação é feita para o ministério, visto que é o órgão que tem representação no Comitê.

Rosa de Lourdes questionou se serão duas representações titulares somente, ou se haverá mais duas suplentes. Lourdes Bandeira respondeu que serão titulares e suplentes e cedeu três minutos para cada uma das quatro representantes se candidatarem à titularidade ou a suplência:

- Representando o Ministério da Saúde, Ana Margareth falou a respeito da integralidade das políticas públicas, considerando que a saúde perpassa todos os ministérios, e candidatou a pasta como titular da Comissão.
- Representando o MTE, Adriana Rosa ponderou que a candidatura é para titularidade e o ministério tem a intenção de trabalhar com foco na qualificação profissional das mulheres.
- Isolda Dantas, em nome do MDA afirmou que o ideal é que todas que se candidataram fossem titulares, mas destacou que o MDA sempre fez parte do processo de Conferência de forma muito incisiva, e por isso se candidata como titular.
- Renata Melo, da Seppir, afirmou que a missão da pasta tem um caráter de trabalhar com políticas transversais, e pontuou a dificuldade de inserção da questão étnico-racial e da questão das trabalhadoras domésticas. Afirmou que a Seppir deixa de ter sentido se não trabalhar com questões de gênero, e também apresentou a candidatura para titularidade.

Na sequência, Lourdes Bandeira afirmou que o problema, neste caso, é formal, já que há quatro candidatas para quatro vagas (sendo duas para suplência). E sugeriu que as representantes se articulassem internamente de modo que todas possam participar do processo e das reuniões da Comissão.

Rosa de Lourdes sugeriu que se consultasse a Ministra Nilcéa Freire para ampliar o número de vagas da representação do Comitê, exemplificando que no CNDM são quatro titulares e quatro suplentes na Comissão. Aproveitou a oportunidade para informar que a reunião da Comissão será realizada no próximo dia 16. Lourdes Bandeira afirmou que a ministra, enquanto presidente do CNDM, pode decidir se serão quatro titulares, ou decidir quais serão as titulares e quais serão as suplentes.

Em momento posterior da reunião, Lourdes Bandeira, após falar com a Ministra Nilcéa Freire e com Susana Cabral, secretária-executiva do CNDM, informou que a Seppir e o Ministério da Saúde serão os representantes titulares, enquanto o MDA e o MTE serão os representantes suplentes deste Comitê na comissão para a III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

5. Mesa Temática: “Comunicação e Gênero”

Luana Pinheiro apresentou as convidadas para a Mesa Temática: Diana Barbosa, da Agência Nacional de Notícias dos Direitos da Infância - ANDI, Jacira Melo, do Instituto

Patrícia Galvão, e Joyce Del Frari, assessora da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM:

- A exposição foi iniciada por Diana Barbosa, que apresentou pesquisa conduzida pela ANDI, cuja proposta era analisar a maneira como a mídia lida com as questões relacionadas às mulheres e à igualdade de gênero, tendo como foco o tema Mulheres, Poder e Decisão. Diana entregou material com os principais resultados da pesquisa para todas as pessoas presentes. Falou também a respeito do monitoramento da cobertura jornalística como estratégia para a promoção da equidade de gênero.
- Após essa exposição, Jacira Melo continuou a apresentação acerca do andamento do Projeto de Monitoramento da Mídia do Observatório. Jacira explicou que isso está sendo desenvolvido a partir de uma adaptação da metodologia da ANDI de monitoramento de mídia para os temas de interesse do Observatório. Explicou como as ações de monitoramento e análise de mídia podem auxiliar no avanço da situação de igualdade das mulheres e como podem ajudar na promoção da equidade de gênero em uma sociedade. Andrea Azevedo, do UNIFEM, informou que é importante ter cuidado com as construções reforçadas de estereótipos passadas pela televisão. Jacira informou que a televisão é, hoje, a maior fonte de informações de 90% da população brasileira, e que poderá levar pelo menos uma década para que as outras mídias tenham esse mesmo peso. Diana Barbosa afirmou que, a respeito da questão de estereótipos, o monitoramento vai além do que foi apresentado, tendo a pesquisa uma maior profundidade. Com relação à mulher nos espaços de poder, viu-se que não há termos pejorativos vistos com frequência.
- Joyce Del Frari iniciou sua apresentação sobre a I Conferência Nacional de Comunicação, cujo tema Central foi “Comunicação: meios para a construção de direitos e cidadania na era digital”, e explicou sobre a participação social da mídia. Informou que na página da Secom na internet, na parte “publicações” há vários documentos sobre a Conferência. Andrea Azevedo ponderou que aí se encontra o papel do Observatório e das Conferências, que é o de trazer esses temas, como gênero e mulher para o público. Joyce respondeu que, na verdade, esses temas estão na mídia, porém, o que falta é uma maior qualificação deles.

Jana Petaccia, da SDH, questionou sobre o acesso a todas as informações apresentadas pelas convidadas. Nina Madsen informou, então, que serão todas disponibilizadas por e-mail para as integrantes deste Comitê.

Ao final, Luana Pinheiro agradeceu às convidadas pela excelente exposição e pela disponibilidade de participar da reunião, e destacou o desafio que existe para se lutar contra machismo e os estereótipos, visto que qualquer crítica à mídia é considerada censura.

6. Discussão sobre a inserção de ações de gênero no Plano Plurianual;

Luana Pinheiro informou que a III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres acontecerá no momento em que a elaboração do PPA já estiver finalizada. Destacou ser importante, portanto, fazer uma discussão no âmbito deste Comitê, para que haja uma articulação para colocar a questão de gênero no PPA.

Luana pediu, portanto, para que a representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Maria do Rosário, desse algumas informações a respeito do próximo Programa. Maria do Rosário informou que o PPA 2012-2015 ainda está em fase de discussão, e há, ainda, uma possibilidade de mudança no modelo. Contou que nos anos

anteriores, havia um técnico para cada órgão tratando a questão do PPA, mas atualmente os trabalhos estão sendo feitos por núcleos.

A respeito do cronograma, Maria do Rosário informou que o prazo constitucional é dia 31 de agosto, mas existe uma intenção de entregar antes desse prazo. De qualquer forma, a orientação é aguardar.

Márcia Leporace destacou que, seria importante se conseguíssemos pelo menos garantir os recursos que já foram definidos. Como o próximo Programa adotará uma metodologia nova, podemos encontrar dificuldades, por isso, devemos garantir pelo menos o que já está pactuado.

Verônica Freire, do MME, afirmou que no início da implementação do PPA, não se tinha sequer uma clareza de sua importância enquanto instrumento de planejamento. Por isso, o PPA hoje é um avanço, pois caracteriza uma continuidade.

Mariana Mazzini sugeriu que se faça uma reunião extraordinária que envolva os representantes do Comitê e das SPOAS após a definição do PPA. Luana Pinheiro ponderou que essa reunião extraordinária deve ser feita assim que houver a definição de metodologia do PPA, para que se possa fazer uma discussão das estratégias de inserção de gênero no PPA. Maria do Rosário destacou que, para isso, é muito importante participar da reunião de SPOAs.

Isolda Dantas afirmou que seria interessante se pudéssemos apresentar algo para a reunião extraordinária com os SPOAS, e então Luana Pinheiro sugeriu que se faça uma reunião anterior, somente com integrantes do Comitê para discussão da nova metodologia.

Após o cumprimento da pauta, Lourdes Bandeira fechou a última reunião do ano. Parabenizou à equipe de Planejamento pelo trabalho desde que ela entrou na SPM, e encerrou a reunião agradecendo a presença de todas.